

Superávit primário cai 14% no primeiro trimestre do ano

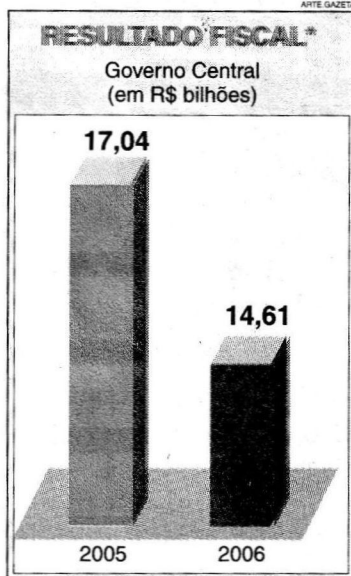
Apesar da queda, governo federal amplia sua meta para 2006, de 3,15% para 3,35% do PIB

FERNANDO NAKAGAWA
BRASÍLIA

A torneira de gastos do governo federal está mais aberta do que no ano passado. Números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional mostram que a economia de recursos para o pagamento de juros – o chamado superávit primário – caiu mais de 14% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Ciente da possibilidade de repercussão negativa do resultado no mercado e das suspeitas de que o setor público não cumprirá a meta de superávit de 4,25% do PIB neste ano eleitoral, a equipe econômica anunciou que o governo federal perseguirá uma meta fiscal maior em 2006. Em vez de 3,15% como previsto de início, agora o objetivo é alcançar 3,35% do PIB. A meta do setor público consolidado, que inclui também estados, municípios e estatais, permanece em 4,25%.

No acumulado de janeiro a março, o governo central (que inclui Tesouro, Previdência e Ban-



Fontes: STN e Centro de Informações da Gazeta Mercantil * Acumulado no 1º trimestre

co Central) teve superávit primário de 3,06% do PIB. A marca equivale a uma economia de R\$ 14,606 bilhões, valor 14,27% menor do que a economia realizada em igual período do ano passado, quando o superávit ficou em R\$ 17,038 bilhões – o equivalente a 3,89% do PIB.

Após apresentar os números que mostram o aumento dos gastos públicos no primeiro trimestre do ano eleitoral, o secretário-adjunto do Tesouro, Tarcísio de Godoy, disse que o governo federal perseguirá a meta de superávit primário sem que isso signifique interromper os investimentos. Com relação à meta do

setor público consolidado, ele afirmou que não existe a chance de o superávit primário ficar abaixo de 4,25%. “Mas repito as frases do secretário (Carlos Kawall): não é um pecado ficar abaixo disso no acumulado dos 12 meses”, afirmou Godoy.

A frase pode ser entendida como a sinalização de que o resultado pode, em breve, ficar abaixo desse patamar no acumulado de 12 meses. Diante de tal possibilidade, a partir de agora o governo federal – que inclui o governo central e as estatais federais – passa a perseguir a meta de 3,35% do PIB, ante objetivo anterior de 3,15%.

Oficialmente, o esforço maior do governo federal tenta combater qualquer hipótese de gastança antes das eleições. Para o Tesouro, no entanto, a chance de aumento dos gastos, se existe, é de responsabilidade de estados e municípios. “É uma forma de se prevenir, se antecipar a um possível maior gasto. Eventualmente, você tem algum dispêndio adicional de caixa”, disse o secretário-adjunto.

Com o aumento da meta, a economia do governo federal terá de aumentar em cerca de R\$ 4 bilhões neste ano, passando para R\$ 70,51 bilhões. Se a meta do setor público consolidado for cumprida, a economia será de R\$ 85,46 bilhões.